

Discurso na cerimónia de entrega do Prémio de História Contemporânea – 2002 Rita Almeida de Carvalho



Antes de apresentar uma breve síntese sobre o conteúdo do meu trabalho, gostaria de prestar homenagem ao Professor Doutor Victor de Sá, promotor do Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho. A esta Universidade gostaria de agradecer também, em particular, ao Sr. Reitor – Prof. Doutor António Guimarães Rodrigues, ao Sr. Presidente do Conselho Cultural – Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, ao Sr. Presidente da Comissão Executiva do Prémio – Prof. Doutor Hélio Alves, e aos restantes membros do Júri do Prémio de História Contemporânea (Prof. Doutor António Reis e Prof. Doutor Luís Alberto Marques Alves), a atribuição do referido prémio ao livro intitulado «A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)».



Este livro corresponde, no essencial, à minha dissertação de mestrado realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e defendida em 1999.

Procurou-se com este trabalho desmontar alguns chavões clássicos referentes à Assembleia Nacional do Estado Novo: simples órgão decorativo sempre desprezado por Salazar, destinado a manter a «fachada constitucional» do regime. Para tal apoiem-me na escassa bibliografia disponível e numa recolha de fontes que se pretendeu exaustiva.

Nas Partes I e II deste livro demonstra-se a escassa relevância da Assembleia Nacional no exercício das funções tradicionalmente confiadas aos parlamentos – controlo do Governo e da acção legislativa – funções que lhe eram, aliás, reconhecidas pela constituição de 1933.

Assim sendo, e entramos na Parte III deste livro, havia que garantir a sua fidelidade a Salazar, através de um criterioso recrutamento, que passou, entre muitos outros aspectos, pelo predomínio dos agrários, dos militares e dos professores universitários, e por uma forte dependência económica desta elite dirigente relativamente ao Estado.

A composição da câmara parece assim ter sido desenhada para ajudar resistir à mudança decorrente da vitória dos aliados na II Grande Guerra.

Com um carácter transitório no sistema constitucional português, a Assembleia Nacional permanece porque não existiam condições para que fosse transformada num simples órgão de aconselhamento.

Contudo, nesta parte do texto, demonstra-se também que a Assembleia era um espaço importante de socialização e treino das elites, que operava como centro de influência política, e que consolidava a base social de apoio ao regime.

A Assembleia foi assim necessária como instância legitimadora do regime, quer externa quer internamente. Externamente, dissimulando um parlamento; internamente; enquanto consolidação da sua base social de apoio.